

COLÓQUIO

SINDICALISMO, TRABALHO E CIDADANIA

90 ANOS DEPOIS DO 18 DE JANEIRO DE 1934

LISBOA

20-21 JUNHO 2024

📍 ICS-UL + ISCTE

CALL FOR PAPERS

DEADLINE
15 DEZEMBRO 2023

OPORTUNIDADE

Com evocação do movimento do 18 de janeiro de 1934, a tentativa de greve geral revolucionária que procurou travar o Estado Novo, e no ano em que se celebram 50 anos depois da Revolução de Abril, sociólogos e historiadores de diversas instituições académicas portuguesas organizam um colóquio multidisciplinar para debater as mudanças no sindicalismo, no trabalho e na cidadania ao longo de todo este período.

Um passo decisivo para a edificação do Estado Novo, como prosseguimento da situação que vinha a ser imposta pelo Exército e outras forças conservadoras desde o golpe-de-Estado de 28 de Maio de 1926, foi a corporativização obrigatória dos sindicatos. Nestas circunstâncias, apesar das suas notórias divergências políticas e ideológicas, o movimento operário envolveu-se num combate frontal e decisivo contra o regime.

Em Os Sindicatos contra Salazar - A revolta do 18 de janeiro de 1934, publicado pela Imprensa de Ciências Sociais em 2000, Fátima Patriarca descreveu e analisou as circunstâncias, os factos e as consequências desta greve geral revolucionária. desencadeada por uma frente sindical envolvendo a Confederação Geral do Trabalho-CGT (de orientação sindicalista-revolucionária), a Comissão Intersindical (CIS, controlada pelos comunistas), a Federação das Associações Operárias (FAO, animada por socialistas), a Federação dos Transportes (unitária) e a Comissão das Organizações Sindicais Autónomas. Nesta ação, a coligação sindical propunha-se, não apenas preservar a liberdade de criação, organização e ação das associações sindicais dos trabalhadores assalariados, mas igualmente contestar as restrições à liberdade que a Ditadura, e concretamente o Estado Novo, queriam impor aos cidadãos portugueses. Aquele entendimento foi estendido também às formações político-partidárias existentes para, em caso de sucesso, colaborarem no objetivo de retorno às liberdades que haviam sido proclamadas pelo regime Republicano.

+ informação
coloquio.sindicalismo.2024@gmail.com

SINDICALISMO, TRABALHO E CIDADANIA

90 ANOS DEPOIS DO 18 DE JANEIRO DE 1934

CALL FOR PAPERS

DEADLINE
15 DEZEMBRO 2023

A greve geral revolucionária foi objeto de algumas mitificações e controvérsias historiográficas. Tendo em memória esta ação conjunta, também de natureza política, do movimento sindical, apesar do contexto adverso e da sua heterogeneidade, considera-se pertinente e oportuno a realização de um debate alargado sobre o sindicalismo e o mundo do trabalho. Esta será, pois, uma oportunidade, não apenas para rever as oposições dos movimentos operários ao capitalismo e aos regimes autoritários de entre guerras, como para refletir sobre a conjuntura e formas históricas de transição do sindicalismo revolucionário para um sindicalismo reformista ou de progresso, até à sua plena institucionalização no quadro do regime democrático, em que assume o papel de parceiro social, e às dificuldades agora observadas.

RACIONAL

Os sindicatos não foram e não são o único modelo, a única forma de representação dos interesses dos trabalhadores. É por isso pertinente refletir sobre o lugar do sindicalismo nas manifestações históricas do associativismo e da intervenção cidadã; sobre o processo de institucionalização do sindicalismo, os discursos, os repertórios de ação concorrentes e/ou complementares entre os vários tipos/modelos de associativismo; as relações com o Estado dos diferentes tipos de associações, sindicais incluídas, e do Estado com os diferentes tipos de associações (favorecendo umas em detrimento de outras) na longa duração – bem como os modelos de cidadania que em cada caso estão subjacentes.

Aceita-se a apresentação de propostas de comunicações de ordem teórica e/ou empírica nas seguintes quatro áreas temáticas:

1. Desabrochar do sindicalismo operário

A greve geral revolucionária foi objeto de algumas mitificações e controvérsias historiográficas. Tendo em memória esta ação conjunta, também de natureza política, do movimento sindical, apesar do contexto adverso e da sua heterogeneidade, considera-se pertinente e oportuno a realização de um debate alargado sobre o sindicalismo e o mundo do trabalho. Esta será, pois, uma oportunidade, não apenas para rever as oposições dos movimentos operários ao capitalismo e aos regimes autoritários de entre guerras, como para refletir sobre a conjuntura e formas históricas de transição do sindicalismo revolucionário para um sindicalismo reformista ou de progresso, até à sua plena institucionalização no quadro do regime democrático, em que assume o papel de parceiro social, e às dificuldades agora observadas.

SINDICALISMO, TRABALHO E CIDADANIA

90 ANOS DEPOIS DO 18 DE JANEIRO DE 1934

CALL FOR PAPERS

DEADLINE
15 DEZEMBRO 2023

2. Movimento Operário

O movimento operário face à primeira grande crise geral da economia capitalista. Os diversos modos como os sindicatos de trabalhadores enfrentaram as novas soluções políticas autoritárias e os regimes nazi-fascistas: a greve geral do 18 de janeiro de 1934 em Portugal; a tomada das armas e a guerra civil em Espanha; a reunificação sindical em França; um novo sindicalismo industrial nos Estados Unidos; e as resistências políticas frentistas (com sindicatos e partidos juntos) em diversos outros países (anos 1930/40).

3. Pactos Sociais para a Prosperidade

Os pactos sociais para a prosperidade no pós-guerra: crescimento económico com base no consumo interno e num quase pleno-emprego; organização industrial “fordista”, contratação coletiva de trabalho, os sindicatos como “parceiros sociais” e o relançamento da OIT; o Estado Social e uma nova dimensão da cidadania. Os trabalhadores e os sindicatos nas “democratizações tardias”, em Portugal, Espanha ou Brasil; e o seu afastamento dos processos de descolonização, num quadro de “guerra fria” (anos 1950/70).

4. Desregulamentação dos mercados laborais

A economia globalizada, com empresas multinacionais, liberalização financeira e inovadoras tecnologias de informação, automação e robotização. Tomada de consciência da depredação ambiental. A desregulamentação dos mercados laborais perante fenómenos como a qualificação/desqualificação do trabalho, a sua “precarização”, a entrada crescente das mulheres na atividade económica e das jovens no ensino superior, as migrações, qualificadas e não-qualificadas, etc. A crise do sindicalismo e as novas atitudes e movimentos sociais (nas últimas décadas).

SINDICALISMO, TRABALHO E CIDADANIA

90 ANOS DEPOIS DO 18 DE JANEIRO DE 1934

CALL FOR PAPERS

DEADLINE
15 DEZEMBRO 2023

ORGANIZAÇÃO

O Colóquio terá lugar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa e é também patrocinado pelo CIES-Iscte, CHUL/FL-UL, CICL-UÉvora, SOCIUS/CSG-ISEG-ULisboa e IHC/FCSH-UNL.

O Colóquio terá o Português como idioma de trabalho. Poderão ser aceites comunicações escritas em língua Castelhana, desde que os comunicantes entendam a língua portuguesa falada.

O resumo da proposta de comunicação deve ter uma dimensão entre 150 e 300 palavras e ser enviada para

coloquio.sindicalismo.2024@gmail.com

A data-limite para receção das propostas é 15 de dezembro de 2023.

- A sua aceitação será comunicada aos candidatos até 15 de março de 2024.
- Em caso de excesso de candidaturas, poderá ter de recorrer-se a avaliação por mérito relativo.
- A inscrição no Colóquio é gratuita.
- Os debates nas secções serão geridos e moderados por um membro da CC ou da CO, podendo existir também um discussant.
- Prevê-se a publicação posterior das comunicações apresentadas, em livro de atas online.

COMISSÃO ORGANIZADORA

João Freire, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, coordenador*

Cristina Rodrigues, IHC/FCSH/UNL

João Loureiro, CIES/Iscte-Instituto Universitário de Lisboa*

José Maria Carvalho Ferreira, SOCIUS/CSG-ISEG-ULisboa

Lúisa Veloso, CIES/Iscte-Instituto Universitário de Lisboa*

Maria Alexandre Lousada, CH/FL/ULisboa

Paulo Eduardo Guimarães, CICP-Universidade de Évora

Raquel Rego, ICS-ULisboa

Renato Pistola, ICS-ULisboa*

* núcleo executivo

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alan Stoleroff, CIES/Iscte

Álvaro Garrido, FEUC

Ana Paula Marques, ICS-UMinho

Ana Rute Cardoso, ICS-ULisboa

Antónia Gato Pinto, doutorada em sociologia da cultura FCSH-UNL (sindicalista UGT)

António José Almeida, ESCE-IPS

António Costa Pinto, ICS-ULisboa

Antonio Muñoz Sánchez, ICS-ULisboa

Carlos Gonçalves, IS-FL/UP

Catarina Sales de Oliveira, CIES-Iscte (UBI)

Cristina Parente, IS-FLUP

Dora Fonseca, CoLABOR

Elísio Estanque, CES/FEUC

Emília Margarida Marques, CRAS

Fernando Medeiros, Université Paris-Nanterre

Fernando Pereira Marques, Fundação Res Publica e IHC/FCSH-UNL

Hermes Augusto Costa, CES/FEUC

Joana Dias Pereira, IHC/FCSH-UNL

José Nuno Matos, ICNova/FCSH/UNL

José Soeiro, IS-FLUP

Maria da Conceição Cerdeira, SOCIUS/CSG-ISEG-ULisboa

Paulo Marques, DINAMIA-CET/Iscte

Maria da Paz Campos Lima, DINAMIA-CET/Iscte

Maurício Sardá de Faria, UFRPE

Paula Urze, FCT-UNLisboa

Paulo Marques, DINAMIA-CET/Iscte

Ricardo Antunes, UNICAMP

Sara Falcão Casaca, SOCIUS/CSG-ISEG-ULisboa

Valerio Torreggiani, ICS-ULisboa